



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 33/XV/1.ª SL

Aos catorze dias do mês de março de 2023, reuniu, pelas 15 horas e 30 minutos, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, na sala nove do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 –Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 562/XV/1ª (BE) – Altera o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos (Alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho) – autor do parecer: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

2 – Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 613/XV/1ª (PCP) – Combate as "portas giratórias" entre os cargos políticos e os grupos económicos, reforçando o regime de impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos e o respetivo regime sancionatório, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho – autor do parecer: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

3 – Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 614/XV/1ª (CH) – Altera o quadro sancionatório previsto na Lei n.º 52/2019, de 31 de julho (Regime jurídico do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos) – autor do parecer: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

4 – Diversos

A Senhora **Presidente da Comissão, Deputada Alexandra Leitão (PS)** deu início à reunião com o ponto 1 dando de imediato a palavra ao Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), autor do parecer das três iniciativas: **Projeto de Lei n.º 562/XV/1ª (BE), Projeto de Lei n.º 613/XV/1ª (PCP), Projeto de Lei n.º 614/XV/1ª (CH)** para fazer a sua apresentação.

O Senhora **Deputado Pedro Delgado Alves (PS)** explicitou que, pelo facto de as três iniciativas abordarem a mesma temática, bem como o facto de terem sido agendadas para



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 33/XV/1.^a SL

discussão e votação em conjunto na reunião do Plenário da próxima sexta-feira dia 17 de março, justificam a elaboração de um parecer único para as três iniciativas.

Sublinhou que apenas a iniciativa do BE se destacava das restantes duas pelo facto de abordar uma temática adicional, ou seja, o alargamento das inibições vigentes à contratação pública aplicáveis a titulares de cargos políticos e alguns dos seus familiares (e a sociedades por si detidas nas percentagens fixadas na lei), também à candidatura a Fundos Europeus Estruturais e de Investimento ou similares cuja atribuição esteja no âmbito de atuação da pessoa coletiva em que o cargo é exercido, para o efeito aditando uma nova alínea c) ao n.º 2 do artigo 9.º da referida lei e alterando o n.º 4 do mesmo artigo 9.º; sendo que as três iniciativas têm como denominador comum a temática do denominado “período de nojo” ou prevenção das portas giratórias entre funções públicas e privadas.

Seguidamente fez um resumo das principais alterações introduzidas por cada uma das iniciativas.

O relator fez um enquadramento histórico legislativo relativamente a cada uma das alterações avançadas pelos proponentes nas suas iniciativas, destacando aquelas que constituíam propostas verdadeiramente inovadoras face aos trabalhos desenvolvidos no âmbito da CERTEFP (Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas), durante a XIII Legislatura, e que culminaram com a aprovação da Lei 59/2019, de 31 de julho.

Concluiu a apresentação apelando a uma avaliação da aplicação do princípio da proporcionalidade relativamente ao quadro sancionatório proposta nas três iniciativas, especialmente porque existem propostas que estendem o quadro sancionatório às próprias empresas que contratam os antigos titulares de cargos públicos e políticos, o que, caso as iniciativas venham a ser aprovadas na generalidade, carece de melhor ponderação em sede de especialidade.

Quanto à opinião do relator, deixava apenas a nota de que em seu entender, decorridos 4 anos sobre a aprovação da Lei n.º 52/2019, 31 de julho, estava-se em tempo de uma revisão global das matérias nela regulamentadas, por forma e evitar-se a sua alteração



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 33/XV/1.^a SL

parcelada e à medida que vão surgindo situações concretas que carecem de resposta, sendo importante que não se legisle casuisticamente, mas sim materialmente.

Conclui a apresentação do parecer no sentido de que relativamente ao cumprimento dos requisitos constitucionais, regimentais e legais da iniciativa, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados é de parecer que os Projetos de Lei n.º 562/XV/1.^a (BE), 613/XV/1.^a (PCP) e 614/XV/1.^a (CH) reúnem os requisitos constitucionais e regimentais para serem discutidos e votados em plenário na generalidade.

A Senhora **Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)** usou da palavra para agradecer o esforço e síntese das iniciativas, bem como o enquadramento legislativo e parlamentar que as mesmas envolvem. Quanto à posição do PSD relativamente às iniciativas, deferiu a sua apresentação-para o debate sobre as mesmas, em Plenário.

O Senhor **Deputado Rui Paulo Sousa (CH)** também agradeceu o trabalho do relator e a rapidez e eficiência com que apresentou o parecer.

Não se tendo registado outras inscrições, a **Senhora Presidente** deu o debate por concluído tendo submetido as partes I e III do parecer a votação, as quais forma aprovadas por unanimidade dos presentes, registando-se a ausência do BE e PCP.

Não merecendo quaisquer observações a Senhora Presidente submeteu o parecer a votação, tendo sido aprovado com os votos a favor do PS, PSD, CH e IL, encontrando-se ausentes o PCP e o BE.

No ponto Diversos a **Senhora Presidente** informou que não havia outros assuntos a tratar pelo que deu por concluídos os trabalhos e agradeceu aos Senhores Deputados a sua presença e participação na reunião.

A reunião foi encerrada pelas 15 horas e 55 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 33/XV/1.^a SL

Palácio de São Bento, 14 de março de 2023.

A PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandra Leitão)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 33/XV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Leitão (PS)
Francisco Pereira De Oliveira (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Marta Temido (PS)
Paulo Araújo Correia (PS)
Pedro Delgado Alves (PS)
Raquel Ferreira (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sofia Andrade (PS)
André Coelho Lima (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)
Rui Paulo Sousa (CH)
Carlos Guimarães Pinto (IL)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Cristiana Ferreira (PSD)
Joaquim Pinto Moreira (PSD)
Paulo Rios De Oliveira (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Rui Cruz (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Alves Moreira (PS)
João Azevedo Castro (PS)
Paulo Pisco (PS)
Artur Soveral Andrade (PSD)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 33/XV/1.^a SL

Lina Lopes (PSD)

Márcia Passos (PSD)

Ricardo Sousa (PSD)

Sofia Matos (PSD)

Alma Rivera (PCP)

Catarina Martins (BE)

Carlos Pereira (PS)

Dora Brandão (PS)

Luís Capoulas Santos (PS)